



Denúnciação da Lide e Intervenção de Terceiros: Um Estudo sobre a Legitimidade e os Limites

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Clarice Alves Dos Reis
Carolina Nunes Trindade
Flávia De Souza Gomes

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Este estudo examina a denúnciação da lide como forma de intervenção de terceiros no processo civil, analisando a legitimidade e os limites dessa ferramenta jurídica. São discutidas as implicações processuais e jurídicas da denúnciação da lide, bem como os requisitos e pressupostos para sua admissibilidade. O objetivo é contribuir para a compreensão da denúnciação da lide e sua aplicação prática no direito processual civil.

Nesse contexto, o presente estudo visa analisar a decisão do TJDF e sua importância para a proteção consumerista no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, busca-se compreender a aplicação da denúnciação à lide em relações de consumo e sua vedação prevista no artigo 88 do CDC. Com isso, pretende-se contribuir para a discussão sobre a proteção consumerista e a importância da decisão do TJDF para a garantia da celeridade processual e da proteção do consumidor.

Objetivo

O objetivo desse estudo foi analisar a aplicação da denúnciação à lide em relação de consumo e sua vedação prevista no artigo 88 do Código de Defesa do consumidor. Além disso, buscou-se compreender a importância da proteção consumerista no ordenamento jurídico brasileiro e a necessidade de garantir a celeridade processual e a efetividade na prestação jurisdicional ao consumidor.

Material e Métodos

O material utilizado neste estudo consiste no Acórdão N° 1378155 do TJDF, que trata da vedação da denúnciação à lide em relações de consumo. Além disso, foram utilizados dispositivos legais pertinentes, incluindo o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e o Código Processual Civil (CPC).

A metodologia utilizada neste estudo consistiu em:

1. Análise do Acórdão: Foi realizada uma análise detalhada do Acórdão nº 1378155 do TJDF, com o objetivo de compreender a fundamentação da decisão e a aplicação da denúnciação à lide em relações de consumo.
2. Revisão da Legislação: Foi realizada uma revisão da legislação pertinente, incluindo o CDC e o CPC, com o



objetivo de compreender a vedação da denunciação à lide em relações de consumo.

3. Análise Jurisprudencial: Foi realizada uma análise da jurisprudência consolidada sobre a matéria, com o objetivo de compreender a aplicação da denunciação à lide em relações de consumo e a proteção consumerista no ordenamento jurídico brasileiro.

Resultados e Discussão

Os resultados deste estudo desmonstraram que a denunciação à lide é um intituto processual que pode ser utilizado para transferir a responsabilidade para um terceiro, mas não é aplicável em relações de consumo devido à vedação prevista no CDC. Além disso, a decisão do TJDFt mostra que a proteção consumerista é fundamental para garantir a segurança e a justiça nas relações de consumo, e que os fornecedores de serviços não podem se eximir da responsabilidade objetiva prevista no CDC, reforçando a ideia de que litígios envolvem consumidores, o foco deve ser a proteção do consumidor e a efetiva reparação do dano.

Conclusão

O presente estudo analisou o Acórdão nº 1378155 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que tratou da vedação da denunciação à lide em relações de consumo. A decisão do tribunal, que indeferiu o pedido de denunciação à lide formulado pelo Banco Santander, reforçou a jurisprudência consolidada de que, em litígios que envolvem consumidores, o foco deve ser a proteção do consumidor e a efetiva reparação do dano, sem que o processo seja desviado por discussões paralelas, garantindo a justiça e a segurança para o consumidor.

Referências

Legislação; Brasil. Código de Defesa do consumidor (CDC). Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Brasil. Código de Processo Civil (CPC). Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Jurisprudência: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia> Tribunal de justiça do Distrito Federal e Territórios.

Acórdão nº1378155. Agravo de instrumento nº 0719484-56.2021.0.07.0000. Relatora: Maria de Lourdes Abreu.